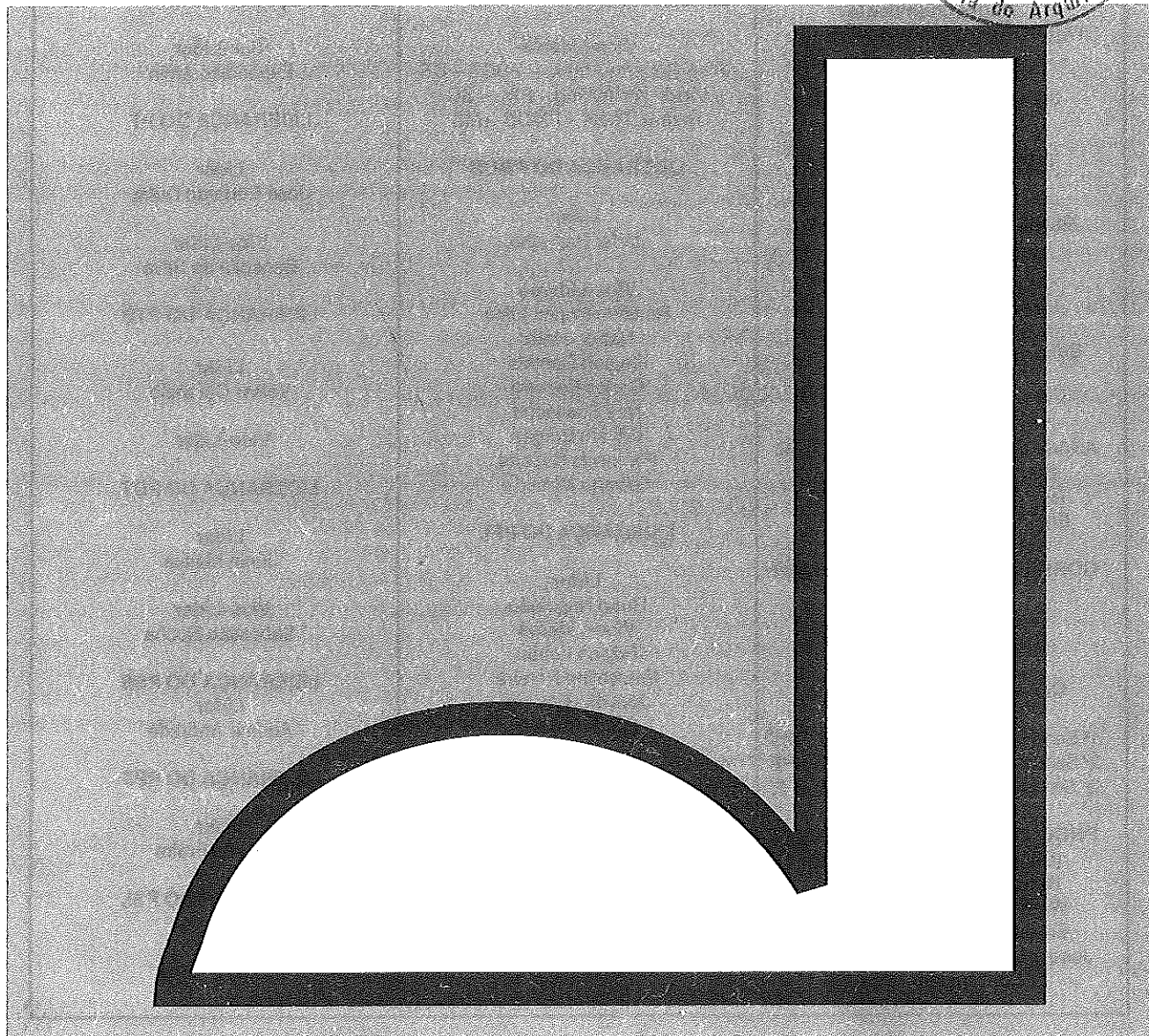




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 143

TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA Presidente José Samey – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT 1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO 2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL 3º Secretário Levy Dias – PPB – MS 4º Secretário Erandes Amorim – PMDB – RO Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francellino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho	LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líder Esperidião Amin LIDERANÇA DO PT Líder José Eduardo Dutra Vice-Líder Benedita da Silva LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise Vice-Líder Sebastião Rocha LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma
--	--	--

AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	EXPEDIENTE RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Telegrafia	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
---	---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 110ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE AGOSTO DE 1996

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagem do Senhor Presidente da República

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 207, de 1996 (nº 717/96, na origem), de 1º de agosto do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1996 (nº 259/95, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.298, de 1º de agosto de 1996. 13484

1.2.2 - Comunicações da Presidência

Término de prazo regimental, sexta-feira última, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal; sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas. 13484

Término de prazo regimental, sexta-feira última, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, de autoria do Senador Osmar Dias, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE, e dá outras providências; sendo ao mesmo oferecidas duas emendas. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1995). 13484

Término do prazo regimental, sexta-feira última, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1995, de autoria do Senador Freitas Neto, que cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Delta do Parnaíba; sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas. 13484

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1995 (nº 41/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, em virtude de ao mesmo não ter sido interposto recurso regimental.... 13485

1.2.3 - Discursos do Expediente

SENADOR BERNARDO CABRAL - Defesa da Zona Franca de Manaus como pólo de desenvolvimento do Estado do Amazonas. Falácia na matéria publicada pela Folha de S. Paulo, edição de ontem, com a alegação de que a Zona

Franca sobrevive à custa da renúncia fiscal. Reestruturação na Zona Franca que o governo pretende levar a cabo, através da reforma tributária. 13485

SENADOR JOEL DE HOLLANDA - Resultados da avaliação do sistema de ensino básico brasileiro, divulgados pela Secretaria de Desenvolvimento, Informação e Avaliação Educacional - SAEB, do Ministério da Educação e do Desporto. Urgência na promoção de uma cultura de qualidade e na valorização dos professores para melhoria do nível de ensino no País. 13488

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA - Desigualdades regionais, destacadas nos dados do Relatório sobre Desenvolvimento Humano elaborado pela ONU, em parceria com o IPEA, especialmente no que tange à questão da saúde do cidadão brasileiro. 13490

SENADORA EMÍLIA FERNANDES - Participação de S. Exª como palestrante, no 7º Congresso dos Comerciantes do Estado de São Paulo, que teve como tema central: "A Globalização". Elevado índice de desemprego no País. 13492

SENADOR EDISON LOBÃO - Incompreensão de S. Exª com o anúncio do governo, de que destinará R\$500 milhões ao Ministério da Educação para aquisição de 300 mil computadores às escolas públicas de todo o País. Conquistas alcançadas na área da educação, durante a gestão de S. Exª no Governo do Maranhão. 13494

1.2.4 - Discurso encaminhado à publicação

SENADOR VALMIR CAMPELO - Graves problemas da saúde pública no Brasil. Emprego indiscriminado de produtos danosos à saúde, tais como clorofluorcarbonetos, óleo ascarel e amianto. 13497

1.2.5 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 946 a 953, de 1996 13500

3 - MESA DIRETORA

4 - CORREGEDORIA PARLAMENTAR

5 - PROCURADORIA PARLAMENTAR

6 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

7 - CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 - COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 110ª Sessão Não Deliberativa em 5 de agosto de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência do Sr. Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 207, de 1996 (nº 717/96, na origem), de 1º do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1996 (nº 259/95, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.298, de 1º de agosto de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O expediente lido vai à publicação.

Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, que institui eleições diretas para os suplentes de candidatos ao Senado Federal;

– Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, de autoria do Senador Osmar Dias, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE, e dá outras providências (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 1995); e

– Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1995, de autoria do Senador Freitas Neto, que cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Delta do Parnaíba.

O Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995, recebeu duas emendas e volta às Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, para exame das emendas.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 29 e 188, de 1995, não receberam emendas e serão incluídos em Ordem do Dia, oportunamente.

São as seguintes as emendas apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995:

EMENDA Nº 1 – PLEN

Dê-se ao art. 3º, § 1º a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 1º O benefício de que trata este artigo será sempre, limitado a um número de empregados equivalentes a 10% (dez por cento) do total de empregados registrados na empresa."

Justificação

O projeto de lei do eminente Senador Osmar Dias tem o mérito de visar a regularização das relações de trabalho de uma parcela considerável do mercado, ocupado por jovens que têm que sujeitar-se a condições mais precárias para obterem seu emprego. O problema que se vislumbra como consequência do projeto é possível deslocamento de outra parcela do mercado atualmente ocupada por pessoas com idade superior à beneficiada por esta medida, na maioria das vezes chefes de família que, por sua condição social, carregam responsabilidade adicionais.

Temos, tramitando no Congresso concomitantemente a este projeto outras iniciativas voltadas para sua sustentação do emprego de trabalhadores com idade superior a 40 ou 50 anos, grupo sócio-econômico sujeito, também, a condições desfavoráveis de competição dentro do mercado de trabalho. A forma de conciliar os benefícios concedidos a uma categoria sem prejudicar outras é estabelecer limites mais estreitos para os benefícios, reduzindo o percentual de empregados na situação prevista neste projeto a 10% do número de empregados da empresa. Cremos estar, desta forma, contribuindo para os objetivos do autor, sem provocar desequilíbrios indesejáveis ao mercado de trabalho.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1996. – Senador José Eduardo Dutra.

EMENDA Nº 2 – PLEN

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º Para fins de desenvolvimento educacional, aos empregados participantes

do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego é assegurada jornada de trabalho reduzida, de acordo com regulamentação do Poder Executivo, devendo ser matriculados em estabelecimentos de ensino públicos e/ou em estabelecimentos de ensino criados, organizados e administrados pelas Confederações Nacionais de empregadores, de acordo com suas necessidades pedagógicas.

§ 1º Os empregados participantes do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego deverão ser matriculados em estabelecimentos de ensino públicos de 1º Grau, se não tiverem completado a educação fundamental, até a oitava série de 1º Grau.

§ 2º O Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e Cultura deverão fiscalizar, conjuntamente, o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, bem como a frequência e desempenho dos empregados inscritos no Programa.

§ 3º O prosseguimento de estudos de alunos que tenham concluído cursos de educação fundamental orientar-se-á pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de acordo com regulamentação do Poder Executivo."

Justificação

A iniciação ao trabalho deve ser conciliada com os objetivos educacionais através da escola, propiciando a aprendizagem mais ampla de adolescentes que não puderam concluir os ciclos fundamentais de escolaridade dentro de padrões mínimos de qualidade.

A proposição em apreço, é verdade, preocupa-se com a formação profissional, na modalidade de aprendizagem empresaria. Mas esta não deve confundir-se com o ensino fundamental e com o técnico profissional. A primeira, segundo a Terminologia do Ensino Técnico e Profissional da Unesco, visa "essencialmente à aquisição de qualificações práticas e de conhecimentos específicos necessários para a ocupação de um determinado emprego ou de um grupo de empregos determinados". O segundo, isto é, o ensino técnico-profissional é termo de utilização mais ampla, vinculado ao processo educativo geral. Incorpora em sua pedagogia a preocupação de assimilação, pelo estudante, a parte de habilidades profissionais, de valores culturais, de forma a "assegurar o desenvolvimento da personalidade, do caráter e das faculdades de compreensão, de julgamento, de expressão e de adaptação" (In Technical and Vocational Education. Recommendations by Unesco and

International Labour Organization. Paris, Unesco e Genebra, OIT, 1964, p. 34).

Em síntese, acreditamos ser preferível que as relações triangulares de aprendizagem e profissionalização dêem-se prioritariamente entre o adolescente e a escola e secundariamente com a empresa, sob a forma de estágio, do que entre adolescente e empresa, sob a forma de relação de emprego comum, e secundariamente com instituição de aprendizagem de mão-de-obra, conforme orientação expressa nos projetos em questão. O desenvolvimento técnico-profissional do jovem não pode ser tratado como matéria isolada, mas inserida num contexto educacional mais amplo estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, recentemente aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente. A emenda proposta não elimina o treinamento de jovens ao trabalho através dos estabelecimentos de ensino criados, organizados e administrados pelas Confederações Nacionais de empregadores, mas permite ao Executivo que estabeleça normas para melhor adequar as necessidades pedagógicas dos jovens às suas necessidades de inserção no mercado de trabalho.

Sala das Sessões, 5 de agosto de 1996. – Senador **José Eduardo Dutra**.

(*As Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.*)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no Parágrafo Único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1995 (nº 41/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, em permuta com o nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de há muito que sou um defensor da Zona Franca de Manaus. Lembro-me de que, desde que ela foi criada, em 1967, então Deputado Federal, sempre entendi que

ali estaria um pólo de desenvolvimento para o meu Estado. E não tenho mudado. Não sou acionista de nenhuma empresa da Zona Franca de Manaus, em qualquer que seja a circunstância, nem sócio cotista ou subscritor de ações, nem mesmo advogado, que é a minha profissão, para o patrocínio dos interesses e defesa dos direitos dos empresários que ali estão. Tenho sido defensor e vou continuar defendendo essa causa, por um problema institucional. Entendo que, sem a Zona Franca de Manaus, não é possível que o povo da minha terra sobreviva.

Sr. Presidente, tenho vindo à tribuna, tanto eu quanto os Colegas que integram a Bancada federal, seja no Senado ou na Câmara, para mostrar que o Governo precisa ter atenção para com a reforma que pretende ali levar a efeito. Digo isso, Sr. Presidente, porque de vez em quando há uma inquietação para o povo amazonense.

Ontem mesmo, o jornal **Folha de S. Paulo**, no caderno intitulado "Dinheiro", falando em política industrial, declara na primeira página: "Política industrial. Governo prepara reforma da Zona Franca."

Na página seis do mesmo jornal está estampado este outro título: "Empresário prevê fim da Zona Franca de Manaus."

O que se nota, Sr. Presidente, é uma incoerência na leitura, sobretudo quando se vai ao texto, que faço questão de registrar. A notícia é aberta com o seguinte comentário:

O Governo começa a preparar a reestruturação da Zona Franca de Manaus, um pólo econômico cujo modelo é considerado anacrônico e que sobrevive à custa da renúncia fiscal, ou seja, o Governo deixa de arrecadar determinados impostos para estimular a indústria da região.

É absolutamente uma falácia essa declaração de que a Zona Franca de Manaus sobrevive à custa da renúncia fiscal. Há um trabalho publicado pelo professor Samuel Benchimol, mostrando que a Zona Franca de Manaus não é um paraíso fiscal. Ao contrário, é um paraíso do fisco. O Governo Federal está arrecadando muito mais naquela região do que para lá encaminha.

Ainda recentemente, eu mostrava que o contrabando que provém de Ciudad del Leste para Brasília, no que se convencionou chamar "Feira do Paraguai", num mês de evasão, custava um ano inteiro de Zona Franca de Manaus.

Logo a seguir, Sr. Presidente, há uma declaração do Ministro Antonio Kandir, encarregado de iniciar as negociações com os representantes das em-

presas locais, que diz o seguinte: "Com uma economia aberta, o modelo da Zona Franca perde o sentido como está". Até aí, estamos todos de acordo: evidentemente que perde. Tanto assim que em 1990, quando houve o **boom** das importações, a Zona Franca de Manaus teve de ser mais competitiva, reagiu, e no ano passado tivemos, graças a um trabalho muito grande, quase R\$10 bilhões no faturamento da Zona Franca de Manaus.

Continua a matéria:

"Para Kandir, a questão é arquitetar a transição para uma nova fase. "Seria um prejuízo para a nação desmontar de maneira irresponsável a Zona Franca, que tem um parque industrial constituído."

Eis aí, Sr. Presidente, a realidade: começa-se com uma premissa que é absolutamente diferente da conclusão. Porque na conclusão reconhece-se que seria uma irresponsabilidade demonstrar pura e simplesmente. Por quê? Porque "enquanto a reestruturação não acontece - essa reestruturação que o Governo Federal quer fazer -, a região continua crescendo. No próximo dia 9, o Conselho de Administração da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) vai analisar 34 projetos de investimentos."

Continua a matéria:

"Eles representam US\$270 milhões e a geração de cerca de 7.000 empregos. Desse total, a nova fábrica da Gradiente Eletrônica participa com US\$47 milhões.

Estão previstas ainda a ampliação da fábrica de vídeo e áudio da coreana Samsung, investimento de US\$11 milhões. Essa empresa ainda quer produzir cinescópios na Zona Franca, projeto que deve ser avaliado na reunião seguinte."

E mais adiante:

"Neste ano, o Governo do Amazonas estima que o faturamento da Zona Franca seja de R\$14,5 bilhões, o que representaria crescimento de 16% em relação ao ano passado.

Atualmente, cerca de 350 indústrias estão estabelecidas na Zona Franca, principalmente fabricantes de eletroeletrônicos, bicicletas, motocicletas e termoplásticos."

Agora, Sr. Presidente, vamos comparar com o que diz o Presidente da Diamond Electronic, uma empresa que está montando, no Rio de Janeiro, te-

levisores e videocassetes da norte-americana Zenith. Veja bem V. Ex^a quem é que promove esse descrédito, essa reforma, essa reestruturação:

"É muito caro levar componentes do sul para Manaus, montar o produto lá e trazê-lo de volta para ser comercializado", diz Motta.

Diz a notícia que "a empresa optou por ficar fora de Manaus, porque além de não apostar em áreas incentivadas para a produção, considera reduzidas as vantagens fiscais da região de Manaus".

É incrível, Sr. Presidente. Numa notícia, se diz que se sobrevive à custa da renúncia fiscal. Na outra, o cidadão deixa de levar para lá a fábrica de televisores e videocassetes da norte-americana Zenith, porque as vantagens são reduzidas.

Ali estaria exatamente o pólo, porque hoje o Brasil é o quarto produtor mundial de eletroeletrônicos, Sr. Presidente, exatamente à custa da Zona Franca de Manaus. Se não fosse isso, não estaria no **ranking** mundial em quarto lugar como fabricante de televisores em cores.

Agora, observe V. Ex^a e a ilustre Casa o que diz:

"Mesmo fora de Manaus, a empresa - a Diamond - consegue ser competitiva, porque tem incentivo do governo do Rio para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -, além de mão-de-obra treinada e barata."

Continua:

"Muitas fábricas de componentes fecharam as portas ou saíram do Rio. Por isso, a disponibilidade de mão-de-obra é grande."

Sr. Presidente, vimos, ainda há pouco, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Norte reclamando dessa problemática de incentivos, e aqui a matéria diz que a empresa fica no Rio porque lá é muito melhor porque o incentivo do governo é maior.

"A Eletros, que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos" - com sede em São Paulo, portanto, uma opinião insuspeita -, "considera que para o setor a solução mais cômoda é permanecer em Manaus".

E o Dr. Roberto Macedo, ex-Secretário de Política Econômica do Governo, Presidente da Eletros, diz: "Estamos preocupados com o futuro da indústria em Manaus". "Para ele, seria um desastre tirar as fábricas da região, já que 70% da arrecadação do Amazonas vêm da Zona Franca de Manaus."

Aqui, faço uma correção: 90%, Sr. Presidente. Hoje o Estado não sobreviveria sem essa arrecadação. E continua o Dr. Roberto Macedo dizendo:

"A Eletros quer que o Governo discuta a especialização na região e faça dela um pólo exportador. Para ele, há espaço para a ZFM. "Uruguai e Argentina têm áreas de incentivo à produção. Bolívia e Paraguai também estão montando as suas."

Aqui, Sr. Presidente, é bom lembrar que a Argentina e o Brasil estão elaborando uma lista de mercadorias fabricadas em suas zonas francas. Nós sabemos que das treze zonas francas que a Argentina terá neste ano de 1996, a que ficou até agora mais conhecida, já criada, é a Zona Franca da Terra do Fogo. Sr. Presidente, quando são intercambiados, esses produtos são taxados conforme a sua respectiva TEC - Tarifa Externa Comum, aplicada para produtos importados de outros países.

Acontece que as regras do Mercosul, em princípio, prevêm que essas mercadorias devem ser tratadas como de terceiros países. E o que ocorre, Sr. Presidente? O Brasil não aplicou a norma para os produtos da Zona Franca da Terra do Fogo. Esses produtos entram no mercado nacional com alíquotas de importação reduzidas. Agora, a Argentina não quer aceitar os benefícios. Agora os fabricantes brasileiros da chamada linha branca, eletrodomésticos (fogão, geladeira, máquinas de lavar) estão se sentindo lesados pela concorrência.

Sóme tudo isso, Sr. Presidente, com este quadro que estou trazendo, sobre o problema da Zona Franca de Manaus.

Vêjo a opinião insuspeita do vice-Presidente da Itautec Philco, Milton Sztrajtmán, que diz que "o futuro de Manaus fica na dependência da reforma tributária: "Se não for mexido em nada, lá continuaremos." Segundo ele, o investimento da indústria já está feito em Manaus.

Ora, Sr. Presidente, aí nós estamos com as seguintes circunstâncias: o Governo está tentando encontrar uma solução, que é o que nós queremos. Queremos que essa reforma tributária tenha a sua previdência, que seja previdente, e que não consiga fazer uma dilapidação, uma razia na Zona Franca de Manaus.

Agora mesmo, Sr. Presidente, o Secretário de Fazenda do Amazonas, o Professor Samuel Hanan, um homem de grande responsabilidade, diz que a equipe responsável pela reestruturação, uma equipe nomeada pelo Presidente da República, deverá apresentar o respectivo projeto no início de outubro.

Esse projeto deverá demonstrar a preocupação com a comparação - e chamo a atenção da Casa - desproporcional entre os setores empregadores de mão-de-obra. Por quê, Sr. Presidente? Porque o parque industrial da Zona Franca, segundo Samuel Hanan, emprega cerca de cinquenta mil trabalhadores; o comércio da região outros cinquenta mil, e o Poder Público, entretanto, mantém ali cem mil servidores.

Ora, Sr. Presidente, se o Governo começar com esse tipo de circunstância - empresário prever fim da Zona Franca de Manaus, Governo preparar reforma da Zona Franca -, trazendo isso para a mídia brasileira, resultará numa inquietação para os que ali vivem, mourejam, trabalham, produzem. A continuar dessa maneira, os que lá se encontram estabelecidos com seus negócios acabam perdendo o ânimo, desestimulam-se e, aos poucos, começam a retirar dali as suas empresas.

Quero dizer, Sr. Presidente, que comecei assinalando que era um defensor da Zona Franca de Manaus, vou continuar a defendê-la, porque sem ela não há sobrevivência para a região e o Governo vai me encontrar aqui. Praza aos céus que estejamos com pontos de vista convergentes, até porque há um compromisso, feito publicamente pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, com as seguintes palavras: "A Zona Franca é intocável".

Quero lembrar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso das suas palavras, para que, amanhã, eu não seja obrigado a ocupar a tribuna da Casa com outro tipo de discurso.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos todos o quanto é fundamental a educação para o pleno desenvolvimento do ser humano e para a construção de uma sociedade democrática. Sabemos também que apenas a educação com qualidade pode preparar nossos jovens para o mercado de trabalho que passa por profundas transformações em todo o mundo, exigindo uma mão-de-obra cada vez mais versátil, capaz de assimilar rapidamente novas tecnologias e de interagir com realidades crescentemente complexas. Entendemos, por fim, que promover a educação é uma das mais fundamentais e intransferíveis responsabilidades do Estado brasileiro.

Podemos, por outro lado, avaliar claramente a situação em que se encontra a educação no Brasil? Estará ela superando sua secular incapacidade em escolarizar crianças e jovens de todas as camadas sociais? Estarão nossos estudantes ampliando sua visão de mundo e desenvolvendo a competência para enfrentar os desafios da chamada sociedade do conhecimento? A escola brasileira está efetivamente cumprindo seu papel de ministrar ensino com qualidade, como prevê a Constituição?

Com a preocupação de responder a essas perguntas e de avaliar permanentemente os resultados do sistema de ensino brasileiro, foi criada, em março de 1995, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, a Secretaria de Desenvolvimento, Informação e Avaliação Educacional. No que se relaciona à avaliação do ensino fundamental e médio, vem sendo desenvolvido, desde 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que trouxe recentemente a público os resultados preliminares do seu terceiro ciclo de levantamento de dados, realizado no ano passado, cujo relatório final deve ser divulgado até o mês de julho.

Como nos demais ciclos de pesquisa, executados em 1990 e 1993, esse terceiro levantamento procurou aferir o desempenho de alunos do ensino básico brasileiro em determinadas disciplinas, relacionando os resultados a dados referentes ao sistema de gestão e de planejamento de ensino, às condições oferecidas pela escola, à capacitação do diretor e dos professores, entre outros. Foram pesquisadas, em 1995, 2.883 escolas das 27 Unidades da Federação e testados quase 125.000 alunos. Pela primeira vez, incluíram-se na avaliação estudantes do 2º Grau, bem como da rede de escolas particulares - representando estas cerca de um quinto da amostra.

Os resultados divulgados até o momento referem-se a testes realizados com alunos da 4ª e 8ª séries do 1º Grau e da 2ª e 3ª séries do 2º Grau, nas áreas de Português (compreensão de leitura) e Matemática, atendo-se às habilidades e conteúdos considerados básicos para esses níveis escolares. O quadro que emerge desses resultados, e que não difere substancialmente das avaliações anteriores, é, para dizer o mínimo, muito preocupante. A média de acertos em capacidade de leitura em Língua Portuguesa variou dos sofríveis 63% das questões na 8ª série do 1º Grau aos parcos 43,4% na 2ª série do 2º Grau. Já em Matemática, a melhor média - também obtida na 8ª série do 1º Grau - foi de 41,2% de acertos, caindo para 22,2% na 2ª série do ensino médio,

ou seja, os alunos dessa série sabem menos de um quarto do que deveriam saber.

Esses resultados alarmantes falam por si, mas é necessário inseri-los em um contexto mais amplo para melhor avaliarmos o quadro da educação básica no País. Um ponto positivo deve ser desde logo ressaltado: o Brasil está de fato vencendo a batalha pela universalização do ensino. Os últimos dados disponíveis, de 1993, indicam que quase 90% de nossas crianças de 7 a 14 anos estão freqüentando a escola. Esse esforço de décadas para que se amplie a escolarização não se fez acompanhar, entretanto, de uma maior eficiência pedagógica do sistema educacional. Constatamos que, de 100 alunos que ingressam no ensino de 1º Grau, só 33 concluem a 8ª série. Para cada um desses concluintes, a média de tempo de estudo no 1º Grau foi de 18,7 anos - quando o normal seriam 8 anos!

Tais resultados espelham-se em uma taxa de eficiência global do sistema de ensino de apenas 42,9% - a segunda mais baixa da América Latina, superior apenas à da República Dominicana, segundo levantamento da Unesco. Isso significa que, das matrículas efetuadas, 57% se perdem por repetência ou evasão escolar, consistindo assim em significativo desperdício de recursos públicos e também em desperdício da oportunidade de se atender ao direito constitucional de todos os brasileiros à educacional fundamental.

Para que a universalização do ensino não se transforme em uma vitória de Pirro, é necessário que seja urgentemente priorizada a questão da qualidade. Não por coincidência, o Presidente da República lançou, em março, um programa de substanciais transformações no sistema de ensino, batizando 1996 de Ano da Educação. Sem mudanças, nosso sistema educacional encaminha-se para um colapso. E que destino pode esperar, no limiar do século XXI, a Nação que fracassa na educação?

É justamente nesse ponto que a avaliação do ensino revela-se mais importante. Deve ela servir não apenas para que se tome consciência de nossa lastimável realidade educacional, mas deve sobretudo apontar caminhos e alternativas para que esse estado de coisas seja superado. Algumas indicações estão claramente delineadas no Relatório do Saeb referente ao levantamento de 1993, demonstrando existir uma associação entre alguns fatores intra-escolares e o desempenho dos alunos. Professores com maiores níveis de escolarização têm levado os alunos a resultados sensivelmente melhores - tendência constatada também quanto aos professores

que ingressaram por concurso, em relação àqueles que tiveram outra forma de acesso. A mera existência de um plano de ensino, alegada em 91% dos casos, não se reflete necessariamente em um melhor desempenho. Entretanto, quando a elaboração do plano de ensino ocorreu em um ambiente escolar onde existem uma proposta pedagógica, um plano de trabalho e uma articulação entre os professores e os demais segmentos, os alunos apresentam melhores resultados. O fato de o aluno possuir o livro didático está também persistentemente associado e um maior rendimento.

Essas correlações representam valiosos subsídios para o planejamento global da educação brasileira, possibilitando que o sistema se supere a cada ano em termos de qualidade. A priorização do ensino fundamental, patente no discurso do MEC, deve passar necessariamente pela valorização dos seus professores. São imprescindíveis melhores níveis salariais, juntamente com o ingresso por concurso, para que sejam selecionados e mantidos no sistema educacional, com o necessário estímulo, profissionais os mais capacitados. É correta, por outro lado, a concentração de esforços do Executivo em se disponibilizar gratuitamente, para todos os alunos que disso necessitem, livros didáticos de boa qualidade, fazendo com que cheguem em tempo hábil aos seus destinatários. É urgente, enfim, que se difunda, de Norte a Sul deste País, uma cultura da qualidade, gerando um ambiente em que todos os participantes do processo educativo mantenham o engajamento e o compromisso efetivo com a melhoria do nível de ensino. A sinergia do sistema - ou seja, a conjugação de diversos fatores visando a um objetivo comum - é que deve fundamentalmente ser buscada.

Sr. Presidente, a avaliação permanente deve, portanto, ter um papel de destaque na revolução educacional de que o País necessita. Precisamos praticar também a avaliação da avaliação, para que essa produza diagnósticos mais completos, com resultados práticos mais efetivos. Entendemos que as pesquisas do Saeb, que já consideram as variações entre as diferentes regiões e estados, não podem deixar de levar em conta as variáveis sócio-econômicas, mostrando em que extensão a insuficiência do rendimento escolar relaciona-se à pobreza e à desnutrição. Ou ainda, em que a medida a evasão escolar é causada pela real necessidade do jovem estudante ingressar no mercado de trabalho. Programas de bolsa-escola, como este que se vem praticando no Distrito Federal e cuja extensão para todo o País é estudada pelo Governo Federal, repre-

sentam uma resposta concreta e provavelmente eficaz para superar o triste quadro em que pobreza e precária educação se conjugam e se alimentam mutuamente.

A avaliação de nossa educação deve considerar atentamente experiências de ensino que têm dado certo. Como exemplo, citaríamos o programa de qualidade total praticado em várias escolas mineiras desde o governo passado, levando a expressivos resultados: o índice de repetência no 2º Grau caiu de 40 para 18% nas escolas que adotaram o programa cinco anos atrás.

A prática da avaliação, como propõe o próprio Saeb, deve ser desempenhada de modo constante e eficiente também pelos sistemas estaduais de ensino - descentralização essa que possibilitará uma análise mais próxima e mais completa da complexa realidade educacional, com seus fatores intra e extra-escolares, permitindo uma mais rápida resposta aos problemas levantados.

Por essas razões, Sr. Presidente, apesar do quadro sombrio revelado pela avaliação de nosso sistema de educação básica, permitimo-nos ser otimistas e acreditar que, identificados os problemas e envidados os necessários e não-pequenos esforços, a sociedade brasileira dará o salto imprescindível na direção da qualidade do ensino.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara. V. Exª dispõe de 20 minutos para seu pronunciamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as imensas desigualdades existentes entre as diversas regiões e estados brasileiros tomou-se extremamente visível, nos dias atuais, em virtude da divulgação, entre outros documentos, do consistente Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pela Organização das Nações Unidas - ONU, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Muitos de nós já ocuparam a tribuna desta Casa do Congresso Nacional para falar sobre esse tema da maior importância para um país tão contraditório como o nosso, que, apesar de ser uma das maiores economias do Planeta, ostenta índices de desenvolvimento social semelhantes aos dos países mais atrasados do mundo.

Entre os grandes defeitos do País, segundo o Relatório, está a má distribuição da renda, da saúde, da educação, da terra e de tantos outros benefícios.

No que concerne à distribuição da riqueza nacional, o Brasil, um dos campeões mundiais de concentração de renda, apresenta tamanha desigualdade na distribuição de renda pessoal que se vem criando um permanente conflito entre a abundância e a riqueza das minorias abastadas e a pobreza e a miséria das grandes maiorias despossuídas.

Estatísticas recentes mostram claramente a situação. Segundo dados do mencionado Relatório da ONU, divulgados pela revista **Veja**, os 20% mais ricos detêm 65% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 12% da renda. Já a revista **IstoÉ** forneceu dados comparativos com os de outros países divulgando que, no Brasil, os 10% mais abastados detêm uma renda 30 vezes superior a dos 40% mais pobres, sendo que essa relação na Holanda é de apenas 4 vezes, na Alemanha de 5 e na vizinha Argentina de 10 vezes.

Quaisquer que sejam os dados, não há dúvida de que as desigualdades em nosso País são imensas e suas conseqüências dramáticas para o bem-estar social de nosso povo.

Na tarde de hoje, é sobre as conseqüências dessas desigualdades sobre a saúde da população brasileira que desejo falar mais detidamente, Srªs e Srs. Senadores.

O próprio Ministro da Saúde, Dr. Adib Jatene, já afirmou que as disparidades de renda aqui existentes são causa de inúmeras doenças, pois pessoas bem nutridas resistem mais às doenças infecciosas ou do aparelho respiratório, por exemplo.

Tem razão o Ministro. Muitos fatores que afetam a saúde são fortemente influenciados pela condição sócio-econômica da população, incluindo-se aí a condição educacional que reflete o nível de pobreza e de ignorância dessas mesmas populações.

Todos sabemos que, em um país com tantas desigualdades e contradições como o nosso, o estado de saúde da população, principalmente da população pertencente às camadas sociais mais carentes é afetado por uma série de fatores imediatos que incluem o nível de renda, as condições alimentares, as condições ambientais de saneamento e habitação, as condições de disponibilidade e de qualidade da assistência médica, a escolaridade e outras, dentro de um quadro mais amplo definido como estrutura social.

Em 12 de maio deste ano, o jornal **Folha de S.Paulo** apresentou, dentro de uma série de reportagens sobre a dívida social do Brasil que vinha publicando desde fins de abril, matérias abordando o tema da saúde, cujos títulos ou subtítulos corrobora-

ram a grande influência das nossas desigualdades regionais sobre esse fator essencial para a vida humana, que é a saúde. Eis alguns desses títulos e subtítulos: "Contraste regional marca saúde do País", "Pobreza faz crescer doenças que afetam crianças", "Radiografia da saúde no Brasil", "Diagnóstico: doenças infecciosas e parasitárias são mais comuns nos Estados pobres; infartos crescem nas regiões ricas".

Essa é outra situação que mostra a contradição do País. Estamos convivendo, ao mesmo tempo, com padrões de saúde do Terceiro Mundo e padrões de saúde do Primeiro Mundo. O Brasil tem, cada vez mais, mercê do aumento da expectativa de vida do nosso povo, uma população mais idosa e, conseqüentemente, o aumento da incidência das chamadas doenças crônico-degenerativas: o câncer, as doenças cardiovasculares, o diabetes, doenças neurológicas, e assim por diante.

Ao mesmo tempo, têm incidido largamente entre nós muitas endemias - a doença de Chagas, a esquistossomose, a malária, a AIDS, doenças respiratórias na infância, diarreias e outras. Isso traz para nós uma dificuldade muito grande de lidarmos com essas duas situações, com um quadro de recursos escassos, para fazer face a essas responsabilidades.

Sr. Presidente, é inegável a verdade dessas manchetes a que me referi. No processo saúde-doença, as desigualdades sociais têm um peso significativo.

Os contrastes regionais do Brasil intensificam-se assustadoramente quando o tema é a saúde. Nas zonas mais pobres e de população mais jovem, espalham-se as mortes por doenças infecto-contagiosas, típicas dos países do Terceiro Mundo.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos presenciando o ressurgimento de doenças que pareciam praticamente eliminadas no nosso meio. É o caso da tuberculose, que aliás recrudesce em todo o mundo, inclusive nos países desenvolvidos. Dados da Organização Mundial da Saúde revelam que, no ano passado, o número de casos de tuberculose registrados no mundo todo foi comparável a dados de décadas passadas, mostrando que ela ressurge, inclusive com características novas e assustadoras, como por exemplo a questão da resistência aos antibacterianos.

As doenças infecciosas ou as do aparelho respiratório estão mais presentes no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste enquanto no Sul e no Sudeste, regiões mais ricas e desenvolvidas, é bem maior a incidência de óbitos por doenças cardiovasculares, mais freqüentes nos países do Primeiro Mundo.

Para dar uma idéia da íntima relação existente entre saúde e desenvolvimento, gostaria de citar apenas alguns dados. As internações motivadas por doenças infecciosas ou parasitárias correspondem a apenas 5,5% do total de internações em São Paulo. Já em Roraima, esse percentual sobe para 17%. Casos, como o do infarto do miocárdio, corresponde a 11% das internações paulistas, enquanto não passam de 2,2% em Roraima. Quer dizer, esses dados refletem o padrão sanitário dessas populações em que temos uma população subdesenvolvida, pobre, e outra de melhor nível de desenvolvimento.

Há também em nosso país variações quanto ao número de leitos por habitante bastante ilustrativas. No Estado do Pará, por exemplo, a relação é de 629 habitantes para cada leito hospitalar, a pior do País; em Goiás, que dispõe da melhor taxa, há um leito para cada 187 habitantes, índice superior a média recomendada pela Organização Mundial da Saúde que é de um leito para cada 250 habitantes.

O perfil da saúde dos brasileiros de qualquer faixa etária é diretamente influenciado pelas suas condições sócio-econômicas e pelo meio em que vivem. Doenças como a hanseníase, a malária, a febre amarela, esquistossomose, a leishmaniose, doença de Chagas e outras continuam vitimando as populações mais carentes das regiões menos desenvolvidas.

Os índices de mortalidade infantil e de desnutrição também mostram claramente o nível de renda das diversas regiões. E o lamentável em tudo isso é que esses problemas, em sua grande maioria, poderiam ser perfeitamente evitados.

Todos sabemos que o setor saúde passa por grave crise, que veio se acentuando desde o final da década de 70, à medida em que a crise econômica fazia minguar os recursos públicos no País.

No Brasil, como um todo, os serviços públicos de saúde têm-se revelado ineficientes, e são chocantes as cenas das enormes filas de pacientes que aguardam atendimento às portas dos prontos-socorros ou de doentes sendo atendidos em cima de pias ou aguardando no chão a chegada de quem os possa socorrer.

Não obstante, devemos reconhecer que temos avançado substancialmente em algumas áreas com a redução da mortalidade infantil e na oferta de atendimento nas zonas rurais do País, mediante programas médicos de famílias e dos agentes de saúde.

Ninguém ignora a existência informal de uma verdadeira roleta-russa, de uma verdadeira "escolha de Sofia" que, muitas vezes, é usada para determinar qual paciente deve ser atendido primeiro.

Se esses problemas sucedem de forma generalizada em todo o País, eles ocorrem em maiores proporções nas regiões mais pobres, onde a assistência médico-hospitalar da rede pública, além de ineficiente, é insuficiente para atender a toda a população que dela tem absoluta necessidade.

Calcula-se que o Sistema Único de Saúde - SUS atenda a 80% da população, impossibilitados de recorrerem a planos de saúde privados. Em 1995, ocorreram 13 milhões e 200 mil internações na rede do SUS, tendo sido gastos para custeá-las R\$3.400 bilhões.

O Ministério da Saúde vem procurando prevenir as doenças, por meio de campanhas de imunização e programas de saneamento, apoiados esses últimos também pelo Ministério do Planejamento. Vem procurando, ainda, baixar os custos com o setor, com a multiplicação do número de agentes comunitários de saúde, principalmente no Nordeste, para prevenir as doenças em vez de curá-las, ensinando às população mais carentes cuidados básicos com a saúde, hábitos de higiene, na tentativa de reduzir índices de mortalidade infantil e outros, e assim modificar o perfil da saúde em nosso País.

Sr^{tes} e Srs. Senadores, estamos plenamente conscientes da necessidade de um volume maior de recursos para ampliar as possibilidades de atendimento à população brasileira.

Bem sabemos, entretanto, o quanto é grande o papel desempenhado pelas desigualdades sociais no processo saúde-doença e o quanto há ainda a ser feito para reduzi-las. Não é lícito esperar uma redução significativa nos diferenciais de saúde sem mudanças sociais profundas.

Ao concluir meu pronunciamento, faço um apelo ao Governo Federal para que concentre esforços ainda maiores, conferindo prioridade ainda maior, para melhorar as condições de saúde do nosso povo, reduzindo, ainda nesta década, as imensas desigualdades regionais e sociais que são indignas de um País com as potencialidades do nosso. Só assim deixaremos de ter índices tão díspares que hoje nos fazem ser um misto de Bélgica, Bulgária e Índia. Seremos um só Brasil, um País integralmente desenvolvido e socialmente justo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na sexta-feira, 26 de julho, atendendo a convite da Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, tive oportunidade de participar, como palestrante, do 7º Congresso Comerciário, promovido por esta entidade.

Presidida pelo Sr. Paulo Lucania, a Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo, com sede na capital, congrega sessenta e três entidades sindicais, localizadas nas diversas regiões daquele Estado, que representam a totalidade dos trabalhadores comerciários paulistas.

Realizado em Praia Grande, no litoral paulista, no Auditório da Colônia de Férias dos Comerciários, nos dias 26 e 27, sob a Coordenação Geral do Diretor da entidade, Luiz Carlos Motta, o evento reuniu mais de 500 participantes, oriundos de 63 entidades sindicais representativas de todo o Estado.

Estavam presentes 262 dirigentes, 74 advogados e 172 funcionários, entre outros, que debateram a situação geral do País, dos trabalhadores e, particularmente, dos comerciários paulistas, sob a ótica das suas respectivas áreas de atuação.

O Congresso teve como centro dos debates o tema da "globalização", com desdobramento em diversas palestras que abordaram o assunto sob os seus vários aspectos e conseqüências práticas para as pessoas e os países, particularmente para o Brasil.

Coube-me a responsabilidade de abrir, na sexta-feira pela manhã, a série de palestras falando sobre o tema "A Globalização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores", destacando especialmente a situação do trabalho e do emprego no País.

Na seqüência do evento, o cientista político Bolívar Lamounier discorreu sobre "Globalização e Sindicalismo", o Coronel da Reserva Adalberto Luiz Lupi Barreiros sobre "Globalização e Neoliberalismo" e o publicitário Antonio Rosa sobre "Globalização e Comunicação".

Encerrando o ciclo de palestras, no dia 27, o Presidente da CGT, Antonio Neto, também expôs sobre "Globalização e Centrais Sindicais" e o ex-Ministro da Fazenda Ciro Gomes discorreu sobre o tema "Globalização e Economia".

O evento ainda contou com a participação do Diretor de Habitação da Caixa Econômica Federal, Dr. José Fernando de Almeida, que proferiu palestra sobre "A Questão da Habitação", informando os presentes sobre a política habitacional da instituição direcionada aos setores populares.

Ao final do encontro, os delegados representantes dos 63 sindicatos filiados à Federação dos Empregados do Comércio do Estado de São Paulo aprovaram um documento final, contendo as seguintes resoluções, que gostaria fossem publicadas nos Anais desta Casa.

Eles resolveram:

1º - Promover alternativas para a obtenção de casa própria pelos comerciários paulistas, consolidando a sua cooperativa habitacional e captando recursos federais, estaduais e municipais com esse objetivo;

2º - Lutar no limite das forças para a manutenção da estrutura sindical constitucional, a contribuição sindical dos trabalhadores e a preservação da representação paritária da Justiça do Trabalho e o fortalecimento da própria Justiça do Trabalho;

3º - Repelir veementemente a tentativa espúria de adoção do neoliberalismo protagonizado pela globalização;

4º - Recomendar a participação política dos comerciários direta e indiretamente, lançando candidatos ou apoiando candidaturas comprometidas nos três níveis de Governo;

5º - Sugerir a utilização dos meios de comunicação, todos os possíveis, na veiculação de propostas e programas de interesse dos trabalhadores, buscando atrair a opinião pública para o lado da classe trabalhadora;

6º - Reafirmar a necessidade absoluta da manutenção da unicidade sindical como fator de independência e de soberania do movimento sindical.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante destacar a oportunidade da realização deste Congresso, tendo como tema central a questão da globalização, pois afirma a presença dos trabalhadores nos debates sobre as conseqüências da atual política econômica mundial sobre os países de periferia e seus povos.

É fundamental que todas as categorias de trabalhadores do País tenham essa mesma disposição de buscar, por meio do debate com os demais setores da sociedade, não só a compreensão mais profunda desse fenômeno mundial, como também a busca de soluções concretas para as dificuldades que atingem as suas bases.

As decisões do evento, resultantes dos conteúdos apresentados pelos palestrantes, bem como dos debates travados ao longo dos dois dias de Congresso, apontam para uma realidade que se torna cada vez mais preocupante, devido ao incremento do desemprego no País.

No Brasil, a taxa de desemprego vem batendo recordes a cada mês, atingindo, na última pesquisa divulgada pelo Dieese, na véspera da abertura do Congresso, a taxa de 16,3%, em São Paulo, bem como apresentando índices igualmente altos na maioria das regiões do País, tanto nas cidades como no campo.

Dados do IBGE, de março de 1996, por outro lado, apontam a maior taxa de desemprego desde de 1984 nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife, com o agravante de atingir um número cada vez maior de chefes de família.

Atualmente, são quase 10 milhões de desempregados no País, entre homens, mulheres e jovens, empurrando famílias inteiras para a marginalização, sem as mínimas condições de sobrevivência e de desenvolvimento humano.

Essa realidade, confirmada pelos dados do recente relatório - já divulgado - sobre desenvolvimento humano do PNUD, adquire controles mundiais como atesta o desemprego de 35 milhões de pessoas no mundo industrializado - conforme já relatamos em pronunciamento neste plenário.

Mas é nos países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil, que os desdobramentos desta política de globalização provocam os maiores prejuízos e trazem profundas seqüelas para as populações mais pobres, especialmente para os trabalhadores.

Em última instância, o que a política de globalização vem promovendo é a desigualdade em todos os níveis entre os países com aprofundamento da pobreza dos países em desenvolvimento e o aumento da concentração de renda entre as populações internas.

Têm contribuído para aprofundar essa política, as privatizações de setores estratégicos, que, a meu ver, retira do Estado o seu poder de regular o jogo econômico, de proteger determinados setores diante da concorrência, muitas vezes desleal, e também de impulsionar o desenvolvimento econômico do País.

A abertura indiscriminada de determinados setores, como têxtil, calçadista e de brinquedos, por exemplo, tem literalmente liquidado com a produção e com os empregos em diversas regiões do País, expondo o consumidor brasileiro à dependência dos produtos externos, muitos de qualidade duvidosa.

A política de globalização, por outro lado, além do desemprego e dos baixos salários, tem apresentado um custo muito alto para os trabalhadores em outras áreas, ameaçando retirar-lhes outros direitos sociais e trabalhistas, conquistados em décadas de lutas.

Os trabalhadores, com justa razão, têm manifestado sua preocupação com a ameaça de desmonte de suas entidades sindicais, com a quebra da unicidade sindical, com o enfraquecimento, ou mesmo, a extinção da Justiça do Trabalho, entre outras iniciativas em curso no País.

Neste sentido, acreditamos que se torna cada vez mais urgente - como apontaram os comerciários de São Paulo - rever a atual política de "crescimento sem emprego", adotado pelos países centrais, e buscar formas próprias de desenvolvimento para o País, que assegurem o bem estar do conjunto da população.

A Argentina, depois de liquidar com todo o seu patrimônio público, está às voltas com mais uma grave crise, agora devido à necessidade de aprofundar ainda mais o arrocho salarial, os cortes nos gastos sociais e a redução de investimentos no crescimento da economia.

O próprio relatório do PNUD apontou a solução para os problemas dos países atingidos por essa política, onde se inclui o Brasil, indicando como medida inicial uma política de alívio ou de renegociação das dívidas externas, que, em nosso caso, vem comprometendo parcelas cada vez maiores do Orçamento da União, devido às altas taxas de juros.

Nesse sentido, é preciso também reduzir as taxas de juros - as mais altas do mundo - para dar viabilidade à produção, ao comércio, à agricultura, bem como para desafogar os gastos públicos, dando melhores condições para Municípios, Estados e o próprio Executivo Federal investirem.

Os comerciários de São Paulo, assim como outras categorias de trabalhadores do País, têm levantado essas questões, às quais devemos dar muita atenção e, cada vez mais, nos dedicar em reflexões e preocupações nesta instância do poder político nacional.

É com esse objetivo e também com o de aproximar cada vez mais esta Casa dos anseios dos trabalhadores brasileiros que faço o registro do VII Congresso dos Comerciários do Estado de São Paulo, reafirmando aqui o desejo de sucesso na luta dessa categoria, que tem dado demonstração de compromisso com o Brasil e com o conjunto dos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, atendendo à solicitação dos comerciários presentes àquele Congresso, que manifestaram o desejo de receber o **Jornal do Senado**, a fim de que possam acompanhar mais de perto as atividades desta Casa, entramos em contato com os responsáveis

por sua elaboração e sugerimos a inclusão das entidades sindicais no **mailing**.

Ao fazer este registro, esperamos que outros segmentos de trabalhadores deste País mobilizem-se também nesse sentido, a fim de levar às suas lideranças orientações, debates, reflexões sobre os temas que preocupam a todos nós no momento presente do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho acompanhado com grande interesse o anúncio do projeto governamental que daria ao Ministério da Educação recursos de R\$500 milhões para distribuir, em 23 mil escolas públicas do País, 300 mil computadores, à razão de 10 máquinas por escola.

Ninguém tem dúvidas de que o futuro cibernético se aproxima velozmente. Ainda recentemente, parecia-nos inacreditável que estava chegando ao fim a época áurea das saudosas máquinas manuais de datilografia e de cálculos, como ainda nos parece incrível que robôs, lembrando os antigos filmes de ficção, vão a cada dia substituindo o trabalho do ser humano.

O telefone celular, por outro lado, parece um milagre da tecnologia, que, instante a instante, vai-se aprimorando e ingressando em nossa rotina diária, transformando-se num instrumento que nos parece indispensável, quando, ainda na nossa geração, fomos testemunhas das épocas em que o telefone ou não existia, no interior do País, ou funcionava precariamente mesmo nas grandes capitais brasileiras.

Estamos todos concordes, portanto, em que o ambiente cibernético e a alta tecnologia vão envolvendo as atividades humanas. Os jovens brasileiros, naturalmente, devem conhecer e aprender esses mecanismos do futuro, pois não podemos ignorar as grandes e sucessivas conquistas da humanidade, que inaugurarão, com fecho de ouro, o fim de um século e o início de outro.

Todavia, Sr. Presidente, é preciso que tenhamos os pés no chão. Especialmente nós, que representamos o povo brasileiro, temos o dever de encarar a realidade e de pôr o dedo na ferida, na tentativa de mitigá-la e curá-la.

Quando ouço falar nos 300 mil computadores a serem distribuídos pelas escolas públicas, vem-me à mente não somente a terrível estatística do avultado

Índice de analfabetismo no Brasil, mas, especialmente, a informação de que a metade das escolas públicas em nosso País não tem luz elétrica, e um quarto delas não possui sequer mesa para a professora.

No Nordeste rural - e estes são os dados da pesquisa feita pelo IPEA e IBGE em 1995 -, em 11% das escolas públicas os alunos sentam-se no chão. Em 74% das escolas públicas brasileiras, há menos carteiras escolares que alunos.

Difícil imaginar, Srs. Senadores, que essas escolas - sem energia elétrica e sem uma cadeira para os professores - possam tirar proveito dos computadores que lhes seriam enviados.

Ainda segundo a mencionada pesquisa - que inspirou um excelente editorial em **O Globo** do dia 3 de julho -, 27% das escolas públicas brasileiras não têm água corrente, poço ou nascente, dentre as quais 48% no Nordeste.

A metade dessas pobres escolas não possui banheiro dentro do prédio. E, nessa humilhante metade, 45% estão nas escolas rurais do Nordeste.

Ocorre-me, neste instante, uma associação de idéias com uma visita de autoridades estrangeiras ao nosso País. Ainda ao tempo em que eu desempenhava minhas funções de jornalista profissional, de certa feita ouvi, de uma alta autoridade alemã que visitava a Praça dos Três Poderes, expressões de ironia. Perplexo com a beleza deste logradouro de Brasília e admirando o Palácio do Itamarati, comentou o representante de uma das mais desenvolvidas nações do mundo: "Obras como esta só podem mesmo ser feitas por um país rico..."

Na verdade, exageramos um pouco na edificação das nossas obras, tornando suntuárias as construções que talvez deveriam ser mais simples e funcionais, a fim de sobrar recursos que pudessem suprir, por exemplo, as escolas públicas que carecem de uma simples cadeira onde se alojar a professora ou o aluno.

É claro que desejamos se insiram os nossos jovens na nova etapa da cibernética. Contudo, precisa-se saber se estamos ou não preparados para receber seus instrumentos assim de modo massificado. A questão é complexa.

Recentemente, uma professora carioca, minha conhecida, desempenhando suas funções num subúrbio do Rio de Janeiro, aposentou-se do magistério pela decepção que lhe causava seu ambiente escolar. Ministrando aulas num dos Clacs recém-construídos pelo então Governador Leonel Brizola, narrou-me que, em pouco tempo, a jovem escola foi

praticamente depredada. Os alunos, sem qualquer respeito pelo mestre, brincavam nas salas de aula atirando cadeiras e carteiras uns sobre os outros, quando não sobre as janelas de vidros estilhaçados.

Fatos como esses, naturalmente, não podem ser generalizados, mas servem como indício a confirmar que algo está errado em nosso sistema de ensino.

No Rio de Janeiro, e aqui mesmo em Brasília, diariamente tomamos conhecimento de escolas públicas que ora são depredadas por vândalos, ora são obrigadas, sob pressão de bandidos, a alterar os horários de suas aulas.

Tais observações nos levam à consideração de que, antes de nos alçarmos às alturas da cibernética nas escolas públicas, devemos primeiro organizá-las, oferecer-lhes bons professores, supri-las do que lhes falta. Sim, porque a balbúrdia em algumas escolas, com aprendizado fragélmo e sem futuro, é o que suscita o desestímulo e, por via de consequência, a desatenção dos alunos e o desrespeito aos mestres.

As últimas informações, pinçadas na imprensa, são as de que o Ministro Paulo Renato, defrontando-se com tais realidades, teria adiado o início desse projeto de massificação cibernética. Essa decisão inspirou-se, segundo as mesmas fontes, na experiência norte-americana, que aconselha, como preliminar à implantação da informática nas escolas públicas, a óbvia necessidade de primeiro prepará-las para tal conquista.

Também me ocorre, Sr. Presidente, que, ao invés de se idealizar a distribuição de computadores nos moldes noticiados, poderia se pensar na implantação de centros de informática nas cidades de médio e grande porte, destinados aos estudantes carentes. Tais centros receberiam os alunos bem dotados também das cidades vizinhas, cabendo aos poderes públicos criar bolsas de estudo com esse objetivo.

Acredito que tal solução seria mais prática, mais objetiva, mais eficiente e de custos menos elevados do que os do projeto anunciado.

É bastante significativa a pesquisa noticiada por **O Estado de S. Paulo** - dada a conhecer no IV Congresso de Qualidade em Educação, em Belo Horizonte, no último dia 3 de julho. A pesquisa foi trabalhada pelo Instituto Vox Populi e patrocinada pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação de Minas Gerais, Federação das Indústrias de Minas e pelo Grupo Educacional Pitágoras. Foram entrevistadas 4 mil pessoas - entre alunos, professo-

res, dirigentes de escolas, pais, empresários e trabalhadores - em 291 Municípios brasileiros.

Como resultado, 90% disseram que as escolas devem adotar cursos profissionalizantes a partir da 5ª série do 1º Grau. E 95% dos entrevistados preferem a escola que exige mais disciplina, achando 45% que o estabelecimento mais liberal pode ter a qualidade de ensino comprometida. E 64% dos estudantes ouvidos na pesquisa afirmaram perceber grande esforço dos professores para fazê-los aprender.

Veja-se, Sr. Presidente, que a maioria dos brasileiros, tão bem refletida nessa ampla pesquisa, reconhece o esforço excepcional desenvolvido pelos professores brasileiros e aponta para os problemas que merecem a atenção imediata dos poderes públicos.

Se a pesquisa tivesse se estendido até os sertões nordestinos, seguramente surgiriam com altos índices, além do que disseram os irmãos do Sul, as reivindicações por carteiras escolares, instalação de água corrente, banheiros e energia elétrica...

Permito-me lembrar, aqui, a minha experiência no Governo do Maranhão. Dediquei à educação os meus mais ingentes esforços e longe estive de resolver todos os graves problemas que comprometem o sistema educacional em meu Estado.

Em minha administração foram construídos 20 Caics (Centros de Apoio Integral à Criança) e 4 grandes Complexos Educacionais de 1º e 2º Graus em S. Luís, Bacabal e Imperatriz, cada um com capacidade para atender a 3.840 alunos. Os CAICs iriam acrescentar 27.600 vagas e, os Complexos, 15.360 vagas escolares.

Recuperamos a velha Fábrica do Anil, transformando-a no CINTRA, uma das mais modernas escolas do Brasil (4.500 alunos).

Construímos ou reformamos mais de 400 escolas e 32 bases de recepção da *TV Educativa*, da capital e do interior. Com as novas escolas construídas e ampliadas, a oferta de vagas no 2º Grau saltou de 30 mil para 90.000.

Conseguimos uma relevante ampliação do quadro de professoras, realizando o treinamento de 30.000 professores, técnicos e outros especialistas do magistério.

No triênio 91-93, as vagas nas escolas da rede pública estadual cresceram de 250.000 para 600.000.

Dando prosseguimento a um esforço gigantesco para o Maranhão, promovemos a distribuição gratuita de dezenas de milhares de kits com material escolar (cadernos, lápis, borrachas, sacolas, livros da 1ª à 8ª séries, kits para cursos de enfermagem, etc). Impusemos uma correta distribuição da meren-

da escolar, que beneficiou mais de 1,7 milhão de alunos.

Demos amparo efetivo às 453 escolas comunitárias de São Luís.

Concluímos a primeira fase da recuperação do Solar Stª. Therezinha para a Escola de Música de nossa capital.

Implantamos um plano editorial, que movimentou os meios intelectuais de São Luís, lançando, ao tempo, 10 livros de autores maranhenses. Incentivamos a produção de livros e discos, além da recuperação de prédios antigos e da organização de arquivos. Vários projetos foram tocados para estimular a criatividade do maranhense, entre os quais o MPM de Cara Nova, Música Popular Maranhense, com prensagem, corte e capa de discos.

A reconstrução do Teatro Arthur Azevedo, recuperando nossa tradição cultural e abrindo oportunidades para novos talentos, foi, igualmente, uma das obras de que mais me orgulho como administrador.

Convênio firmado com o Banco Mundial, assegurou que o Estado pudesse investir, nos 5 anos seguintes aos da minha administração, US\$ 117,5 milhões na melhoria da qualidade do ensino maranhense, estadual e municipal.

Na UEMA - Universidade Estadual do Maranhão - logramos a criação de novos cursos para a juventude maranhense. Elevamos em mais de 100% o número geral de matrículas.

Criamos a Fundação de Amparo à Ciência e lhe dedicamos 0,6% do Orçamento do Estado.

Abrimos a Academia de Polícia do Estado, que não existia.

Todo esse esforço, na área da educação e da cultura, foi naturalmente deveras importante para o meu Estado, mas ainda insuficiente para suprir todas as suas deficiências.

Infelizmente, ainda nos incluímos, no generoso ambiente nordestino e amazônico, entre aqueles que estruturaram a pesquisa do IPEA e do IBGE, havendo escolas públicas que, antes dos computadores, precisam receber ajuda substancial federal para que se coloquem no mesmo nível daquelas escolas que, por vários meios, receberam o amparo que as nossas não obtiveram.

Repetimos e enfatizamos que não somos contrários à inserção dos nossos jovens, que frequentam escolas públicas, no universo da cibemética. Ao contrário, até estimulamos essa conquista.

No entanto, não se pode dar prioridade aos computadores sem antes resolvermos o drama das escolas públicas brasileiras - não importa que sejam

estaduais ou municipais - nas quais falta a energia elétrica ou inexistente uma mesa e cadeira para a professora, essa heroína anônima do interior, ministrar o ensino básico exigido por nossa Constituição.

O referido editorial de **O Globo** sintetiza o meu pensamento:

"Mas é preciso ter certeza de que o esforço para pôr um estudante em contato com o futuro cibernético não estará, neste momento, significando que, por falta de recursos, outro jovem foi mantido à distância do giz e do quadro-negro."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O Sr. Senador Edison Lobão e outros enviaram à Mesa requerimento, cuja apresentação, na forma do disposto no art. 235, inciso III, letra a, do Regimento Interno, deve ser feita na Hora do Expediente. A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - O Sr. Senador Valmir Campelo encaminhou pronunciamento à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF.) Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os problemas de saúde pública em nosso País são, como sabemos, muitos e graves.

O Estado brasileiro, apesar de reconhecer, na Constituição Federal, o direito universal à saúde, ainda não conseguiu, de fato, propiciar a todos os seus cidadãos o acesso pleno aos cuidados preventivos e à medicina curativa.

Na verdade, sequer se oferecem à maioria dos brasileiros as condições básicas de saneamento água tratada e serviço de esgotos requisitos fundamentais de uma verdadeira política de saúde.

A solução dos problemas de saneamento, porém, depende de obras de infra-estrutura cujo custo ultrapassa em muito a capacidade atual de investimento de um governo considerado "falido" e vivendo um tempo de busca de austeridade para manter a inflação sob controle.

Pode-se até compreender embora nem sempre aceitar o fato de que, por mais necessárias e urgentes, as medidas nesse sentido sejam adiadas em benefício da estabilidade monetária.

Não cabível é que não se tomem providências em setores que, além de não exigirem maior despesa governamental, têm implicações sérias na incidência de doenças graves sobre milhares de pessoas.

Um desses setores nos diz respeito diretamente, como membros do Poder Legislativo: trata-se da elaboração e da implementação de leis visando à proscrição de materiais perigosos que, a despeito de serem, na maior parte dos casos, perfeita e facilmente substituíveis, têm largo emprego, industrial e doméstico.

Um exemplo clássico é o dos clorofluorcarbonetos ou CFCs, cujo uso em circuitos de refrigeração e em vaporizadores de aerossóis foi denunciado como danoso à camada de ozônio da estratosfera.

Outro exemplo, que recebeu destaque recentemente nos meios de comunicação por um incidente ocorrido no Rio de Janeiro, é o do óleo ascarel, altamente cancerígeno, que ainda é usado como dielétrico isto é, isolante e líquido de arrefecimento em transformadores.

Meu propósito, no entanto, é o de abordar o problema do atraso brasileiro em restringir o emprego de um outro material nocivo à saúde, cujo uso acaba de ser integralmente banido da França: trata-se do amianto, rocha fibrosa que tem inúmeras aplicações industriais, sobretudo na fabricação de mantas não-inflamáveis, para proteção contra o fogo, e de lonas de freio para automóveis.

Além disso, em combinação com o cimento, é empregado para a fabricação de caixas d'água, telhas e tubulações forma em que pode ser encontrado na casa da maioria dos brasileiros.

Com toda essa multiplicidade de usos, que o fez ser considerado, quando de sua descoberta na primeira década do século, como material revolucionário, o amianto tem uma face negra: suas microfibras, dispersas no ar, são absorvidas pelos pulmões, provocando inúmeras doenças.

Entre as moléstias causadas pela absorção das partículas de amianto pela via respiratória contam-se, entre outras, a fibrose pulmonar e pleural, que pode também afetar o coração; as placas pleurais; os cânceres broncopulmonar, da laringe e do trato gastrointestinal; o mesotelioma da pleura e do peritônio.

Essas doenças formam um complexo denominado "asbestose", palavra derivada de asbesto, outro nome para o amianto.

As sucessivas denúncias de autoridades médicas, a partir de meados dos anos setenta, e a conscientização crescente sobre os perigos do amianto têm levado os países mais avançados à progressiva restrição de seu emprego, primeiro proibindo sua mineração, depois limitando fortemente seu emprego residencial, chegando, finalmente à interdição pura e simples de seu uso.

Naquela época, ficou comprovado que, somente nos Estados Unidos, mais de cinquenta mil pessoas haviam tido morte prematura na década de sessenta, unicamente por causa do amianto.

Entre as vítimas desse material encontravam-se não somente os operários que manipulavam suas fibras durante os processos de mineração, industrialização ou aplicação, mas também pessoas inclusive crianças que haviam tido contato em suas residências com produtos à base de amianto, sem saber dos riscos que corriam.

Segundo a Agência de Proteção Ambiental EPA, órgão do governo americano, cerca de nove mil pessoas ainda morrem anualmente, naquele país, em decorrência do contato com o amianto. A mesma agência afirma que, em cada mil crianças americanas, três estão afetadas pela poeira desse mineral.

Trata-se, Srs. Senadores, nas palavras de um relatório da própria EPA, de um "terrível legado de mortos, inválidos e pacientes terminais".

Pelo final dos anos oitenta, a tendência mundial já era a de banir progressivamente o uso do amianto. A Organização Internacional do Trabalho promulgou sua Convenção 162, regulamentando medidas de segurança indispensáveis em qualquer local em que se trabalhasse com o material.

Nos Estados Unidos, em 1989, um prazo de sete anos foi estabelecido para que as indústrias substituam todos os produtos à base de amianto prazo que se está esgotando este ano.

Na Holanda, os produtos de amianto estão proibidos desde 1993. Na França, a partir de primeiro de janeiro do próximo ano, a importação, a fabricação e a comercialização de qualquer produto à base de amianto estará totalmente proibida.

E no Brasil, Sr. Presidente?

A verdade é que a conscientização de nossa comunidade científica sobre o problema não se atrasou em relação à de outros países.

Desde 1986, quando o Conselho Nacional do Meio Ambiente Conama - criou uma comissão especial para estudar o assunto, as autoridades governamentais da área vêm tentando manter nossa regulamentação industrial ao passo com a dos países do Primeiro Mundo.

Em 1987, a Resolução 007 do Conama obrigava os fabricantes de produtos à base de amianto a escrever, em todos eles, as seguintes palavras: "Cuidado! Este produto contém fibras de amianto. Evite a geração de poeira. Respirar poeira de amianto pode prejudicar gravemente sua saúde".

Gostaria de perguntar a meus nobres Pares se algum dos Senhores já viu essa advertência escrita em alguma caixa d'água ou telha de cimento-amianto. Eu, nunca! Parece tratar-se, mais uma vez, de uma dessas leis que "não pegam", fato lamentavelmente comum em nosso País, sobretudo quando a lei contraria interesses de setores poderosos.

Esse poder do setor produtor de amianto manifestou-se com força ainda maior em 1994, quando do exame, pela Câmara Federal, de um Projeto de Lei do Deputado Eduardo Jorge que previa a substituição paulatina do amianto em toda a cadeia produtiva. Tratava-se de um projeto sensato e gradualista, mas foi "metralhado" pelo poder de fogo do lobby de empresários e sindicatos mineradores.

É verdade que a proibição imediata do uso do amianto resultaria no desemprego instantâneo de cerca de mil e quinhentos mineiros e doze mil industriários.

De acordo com dados empresariais, se a esse número somarmos os trabalhadores indiretamente envolvidos com o amianto, podemos chegar à casa dos duzentos mil empregos.

Isso significa que não podemos desmontar, de uma hora para a outra, a indústria do amianto, tanto mais em uma fase da economia brasileira e mundial em que o desemprego, como revelam diversas pesquisas, é uma das maiores preocupações das pessoas.

Não quer dizer, porém, que não devam ser tomadas medidas imediatas para a redução de riscos em sua produção e em seu uso nem que não se deva programar sua progressiva eliminação, face ao risco que representam e ao exemplo dos países mais adiantados que já o proibiram.

Notáveis, por seu cinismo, são os argumentos dos responsáveis pela indústria de mineração da crisotila, minério de amianto extraído da mina de Canabrava, no município de Minaçu, Estado de Goiás.

Algumas declarações de João Carlos Duarte Paes, relações públicas da Sociedade Anônima de Mineração de Amianto, empresa exploradora da mina, merecem ser transcritas, de tão escandalosas.

Segundo a revista Construção São Paulo, de julho de 1994, o Sr. Paes declarou que "os poucos casos de asbestose registrados em Canabrava" seriam a prova de que a mina segue "os padrões de segurança preconizados pela OIT".

Na mesma reportagem, diz ainda que era necessário derrubar o Projeto de Lei do Deputado Eduardo Jorge porque as empresas "poderiam ter de enfrentar processos indenizatórios de trabalhadores e usuários por tê-los submetido à manipulação de uma substância considerada de risco".

Mais ainda: em entrevistas concedidas ao pesquisador norte-americano Daniel Berman, autor de um estudo intitulado "As multinacionais e o câncer: o caso do amianto no Brasil", os fabricantes nacionais declararam que "a discussão sobre os perigos do amianto não passa de sensacionalismo da imprensa", e que não se trataria de "um problema ambiental, mas de segurança do trabalho".

Se essas afirmações sobre o amianto são verdadeiras, Sr. Presidente, porque então os países avançados estão limitando e mesmo proibindo seu uso?

Será que os governos americano, canadense, inglês, holandês, alemão e francês são assim tão burros, a ponto de se deixar levar pela imprensa sensacionalista?

Sr^{es} e Srs. Senadores: gostaria de encerrar este pronunciamento reiterando minha posição em favor de uma substituição paulatina do amianto em todas as suas aplicações, de modo a excluir essa fonte de risco para trabalhadores de todas as indústrias que empregam amianto e usuários de produtos que o contêm.

Já existem alternativas tecnicamente viáveis para todos os seus usos, faltando apenas a vontade política de promover a conversão de nossas indústrias e o remanejamento progressivo dos trabalhadores.

A saúde do povo não tem preço. Não podemos aceitar passivamente que certos setores produtivos imponham seus interesses sobre a Nação, expondo-nos a todos a riscos desnecessários.

Tampouco podemos aceitar que esses setores continuem a desobedecer a pouca legislação existente que disciplina sua atividade. Nas palavras do jornalista Washington Novaes, escrevendo sobre o assunto na revista Visão, em fevereiro de 1992: "ma-landragem e negligência não impedem nem curam câncer".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, 06 de agosto, às 14h30min, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15h30min

-1-

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 1991

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1991 (nº 1.626/89, na Casa de origem), que discipli-

na o regime de trabalho da categoria dos trabalhadores domésticos, e dá outras providências, tendo pareceres das Comissões

- Diretora, sob nº 245, de 1995, oferecendo a redação do vencido;

- de **Assuntos Sociais**, sob nº 366, de 1996, favorável às emendas nºs 1 a 3, 5 a 7, e parcialmente à emenda nº 4, nos termos de subemenda que apresenta; e

- de **Assuntos Econômicos**, sob nº 367, de 1996, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

- 2 -

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 1993

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1993 (nº 1.348/88, na Casa de origem), que institui a obrigatoriedade da indicação do R.G ou do C.P.F e do C.G.C do devedor nas certidões relativas a protesto de títulos, tendo pareceres das Comissões

- Diretora, sob nº 683, de 1995, oferecendo a redação do vencido; e

- de **Constituição, Justiça e Cidadania**, sob nº 387, de 1996, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 1994

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), tendo

Pareceres sob nºs 212 e 213, de 1996, das Comissões

- de **Serviços de Infra-Estrutura**, favorável ao Projeto, com emendas nºs 1 a 39-CI, que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1 a 5, oferecidas perante a Comissão; e

- de **Assuntos Sociais**, favorável ao Projeto e às emendas nºs 1 a 39-CI, apresentando, ainda, a emenda nº 40-CAS.

- 4 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1995 (Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995,
e o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1995, de autoria do Senador

Pedro Simon, que institui o número único de Registro Civil e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 272, de 1996, da Comissão – de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, com emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995, e o Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1995, com voto, em separado, do Senador Lúcio Alcântara.

– 5 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 1995

(Tramitando em conjunto com os

Projetos de Lei do Senado nºs 32 e 251, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995 (nº 2.304/91, na Casa de origem), que cria a Carteira de Identidade Única, tendo

Parecer, sob nº 272, de 1996, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela rejeição da matéria e do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1995; e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1995, com emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, com voto, em separado, do Senador Lúcio Alcântara.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 1995

(Tramitando em conjunto com o

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995, e o Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que institui o Registro Único para a identificação dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no País, tendo

Parecer, sob nº 272, de 1996, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, pela rejeição da matéria e do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1995; e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1995, com emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, com voto, em separado, do Senador Lúcio Alcântara.

– 7 –

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 1993**

Discussão, em turno suplementar, do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1993 (nº 444/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, tendo

Parecer sob nº 335, de 1996, da Comissão – Diretora, oferecendo a redação do vencido.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 1996**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 700, de 1996)

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 1996 (nº 233/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o artigo 34 e o Título VIII, Capítulo III, Seção I, da Constituição Federal e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

Parecer sob nº 418, de 1996, da Comissão

– de **Constituição, Justiça e Cidadania**, favorável, com emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 9 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Requerimento nº 258, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h36min)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 946, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996, Resolve:

Art. 1º– São designados gestores do Contrato nº 33, de 1996, celebrado entre o Senado Federal e a Empresa Sitran – Empreendimentos Empresariais Ltda., os seguintes servidores:

I. pela Subsecretaria de Serviços Gerais:

a) Gestor Titular – Jorge Antônio Orro (matrícula nº 1936);

b) Gestor Substituto – João Carlos Moreira Correa (matrícula nº 4741);

II. pela Coordenação-Geral de Serviços Especiais – CEGRAF:

a) Gestor Titular/Primeiro Turno – José Alves do Nascimento Filho (matrícula nº 0953/CEGRAF);

b) Gestor Titular/Segundo Turno – Antônio Mesquita Fernandes (matrícula nº 1315/CEGRAF);

c) Gestor Titular/Terceiro Turno – Alberto Nogueira Viana (matrícula nº 1219/CEGRAF).

Art. 2º– Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996 – **Agaciel da Silva Mala** – Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 947, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996, resolve:

Art. 1º São designados os servidores Francisco de Oliveira Pereira (matrícula nº 3171) e Arão Fernandes Bulhões (matrícula nº 4815) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato celebrado entre o Senado Federal e a Telebrasília, com vistas à prestação de serviço móvel celular.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 948, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11169/96-6, de interesse da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, resolve designar o servidor JOÃO CARLOS GOMES, matrícula 870, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Atendimento, Símbolo FC-07, da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, nos eventuais impedimentos e afastamentos da titular.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 949, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11307/96-0, resolve dispensar o servidor FLORENCIO EDVALDO DE BRITO, matrícula 2586, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especiali-

dade de Artesanato, da Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Freitas Neto, com efeitos financeiros a partir de 25 de julho de 1996, e lotá-lo no Gabinete do Senador Guilherme Palmeira, a partir da mesma data.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996 – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 950, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11307/96-0, resolve designar o servidor FLORENCIO EDVALDO DE BRITO, matrícula 2586, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-01, do Gabinete do Senador Guilherme Palmeira, com efeitos financeiros a partir de 25 de julho de 1996.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996 – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 951, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11137/96-7, resolve dispensar a servidora MÔNICA MONTEIRO COCUS, matrícula 3450, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Encarregado de Pesquisa, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1996.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 952, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1241/96-6, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, DENISE MULLER DA SILVA CUNHA, matrícula 1190, Analista de Indústria Gráfica Legislativa, Nível III, Classe Especial, Padrão V/S30, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal – CEGRAF, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição

da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, Inciso III, alínea a e 193, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções SF nºs 59/91, 51/93 e nº 74/94, com a transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-19.

Senado Federal, 5 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 953, DE 1996

Dispõe sobre a utilização do estacionamento de veículos do edifício Anexo I.

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e considerando a necessidade de estabelecer normas para a utilização do estacionamento de veículos do edifício Anexo I, resolve:

Art. 1º O estacionamento de veículos do edifício Anexo I é de uso privativo dos servidores lotados no edifício Anexo I, e dos servidores dos órgãos oficiais credenciados, conforme planta em anexo.

Art. 2º As credenciais dos usuários serão emitidas pelo Serviço de Segurança mediante relação encaminhada pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. Caberá ao Serviço de Segurança zelar para que o ingresso e o estacionamento dos veículos obedeçam ao disposto neste ato.

Art. 3º Esta ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de agosto de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferrelira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francellino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferrelira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júlia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
PMDB		
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
PFL		
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
PSDB		
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
PPB (ex-PPR + ex-PP)		
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
PTB		
1. Emilia Fernandes		1. Arlindo Porto
PT		
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
PDT		
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2081/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLÁ	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE**

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JUNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLYCY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Cesperião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Moutoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ³ ⁴		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

1. Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? –

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Mátiás Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 - julho/setembro - 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais - Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática - Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência - Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira - Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil - Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia - Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro - Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária - Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 - Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos - Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a "Execução Provisória da Sentença Penal" - Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia - José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil - Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 - Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário - Fábio Maria de Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização - Gladston Mamede

Prestação de contas - Instrumento de transparência da Administração - Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul - José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos - Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal - Fabiana de Menezes Soares

Invalidação "ex officio" dos atos administrativos pelo juiz - José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites - Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil - Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua - Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) - Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos - Sílvia Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz - Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas - José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

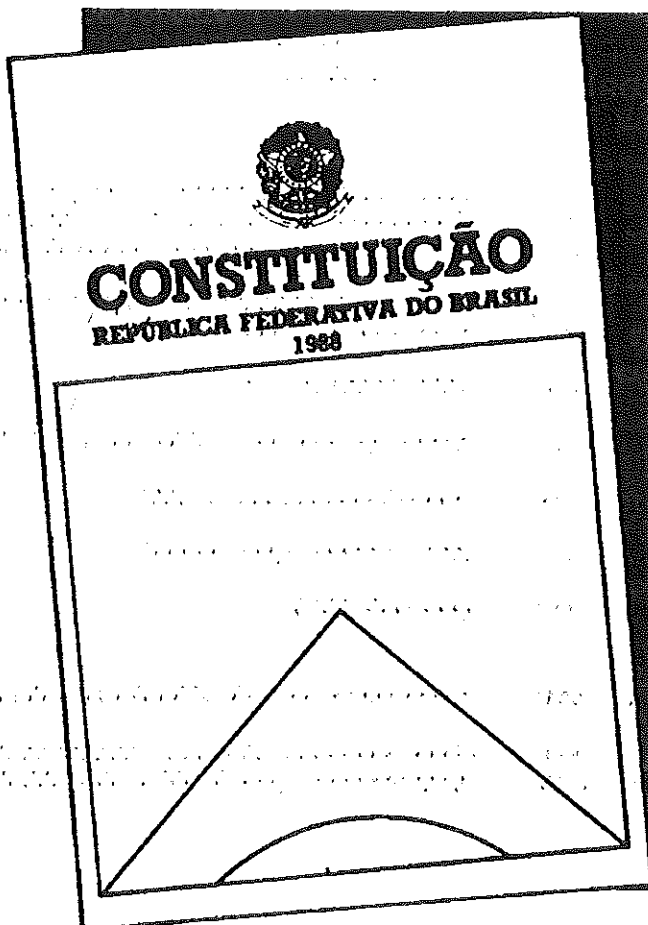
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- + O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do SENADO Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS,
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357.

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte.....	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS